

Base curricular e mudanças no Fies e no Enem; veja o ano de 2017 na educação

O principal acontecimento de 2017 na área de educação ocorreu no último mês do ano: a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento que servirá como referência para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares estaduais e municipais foi cercado de polêmicas durante todo o ano

Sabrina Craide/Agência Brasil

A terceira versão da BNCC foi entregue em abril pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional da Educação (CNE) e passou por diversas modificações, após o recebimento de propostas e a realização de audiências públicas. Questões como identidade de gênero, ensino religioso e antecipação do prazo para a alfabetização das crianças foram os principais pontos debatidos pela sociedade.

Ao homologar a nova Base, o governo decidiu que ainda vai esperar a publicação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a oferta de ensino religioso nas escolas para definir como ficará essa questão. Em setembro, o STF autorizou o ensino religioso de natureza confessional nas escolas públicas, ou seja, as aulas podem seguir os ensinamentos de uma religião específica.

O MEC também anunciou que irá destinar R\$ 100 milhões no orçamento do ano que vem para apoio técnico e finan-

ciado Michel Temer em dezembro.

Uma das principais mudanças é a oferta de 100 mil vagas a juro zero para estudantes de baixa renda. As demais vagas terão juros variáveis de acordo com o banco onde for fechado o financiamento. Ficou estabelecido também o fim do prazo de carência de 18 meses, após a conclusão do curso, para que o estudante comece a pagar o financiamento.

O novo Fies apresenta três modalidades. Na primeira, serão ofertadas 100 mil vagas a juro zero para estudantes com renda familiar per capita mensal de até três salários mínimos. Os recursos para este financiamento virão da União. As outras duas modalidades serão destinadas a estudantes com renda per capita mensal de até cinco salários mínimos.



O ministro da Educação, Mendonça Filho durante a cerimônia de homologação da Base Nacional Comum Curricular.

ciadassem os direitos humanos na redação. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal, e a presidente Cármen Lúcia decidiu manter a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O tema da redação deste ano foi os desafios para formação e educacional de surdos no Brasil.

Universidades

Durante todo o ano, as universidades federais enfrentaram problemas de falta de verbas e do contingenciamento de recursos feito pelo governo federal. Em agosto, o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho, chegou a dizer que os valores de custeio previstos para este ano não seriam suficientes para as despesas regulares com energia, vigilância, limpeza, bolsas para os alunos de baixa renda e serviços de manutenção das instalações.

Por causa das dificuldades, o MEC anunciou um aumento no limite de empenho para custeio e investimento de todas as universidades e institutos federais e, no final do ano, a pasta garantiu a liberação de 100% do custeio para a rede federal de ensino.



Em 2017, pela primeira vez, o Enem foi aplicado em dois domingos seguidos.



Universidades federais enfrentaram problemas por falta de verbas. A Universidade de Brasília (UnB) chegou a mudar o cardápio do restaurante universitário para economizar.

ciro para o início das ações de implantação da BNCC, em parcerias com estados e municípios.

Fies

Em julho, as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foram alteradas e começam a valer em 2018. Após passar pela aprovação do Congresso Nacional, o Novo Fies, como foi chamado, foi sancionado pelo pre-

tro da Educação, Mendonça Filho, classificou esta edição como a mais tranquila aplicação do Enem nos últimos anos, com pouquíssimas ocorrências. O Boletim de Desempenho, que traz as notas individuais dos participantes, deverá ser disponibilizado só em 19 de janeiro de 2018.

Antes da aplicação do Enem, uma decisão da Justiça impediu a anulação de provas de candidatos que desres-

Retrospectiva/2017, o ano que as 'fake news' viraram notícia

Lucas Rizzi/ANSA

Se há um termo que entrou para o vocabulário de pessoas do mundo todo em 2017, este é "fake news". De bordão de Donald Trump à preocupação para redes sociais e sistemas eleitorais planeta afora, as notícias falsas marcaram um ano repleto de suspeitas de influências externas no voto popular.

O termo já era conhecido no fim de 2016, quando começaram a surgir denúncias de que "fake news" plantadas por hackers russos supostamente patrocinados pelo Kremlin teriam influenciado o processo eleitoral norte-americano, em benefício de Trump. No entanto, em 2017, o presidente tentou assumir para si o monopólio sobre o termo, ao usá-lo para acusar a imprensa de publicar notícias falsas contra ele.

Da "CNN" ao jornal "The New York Times", veículos de imprensa liberais (no sentido norte-americano da palavra) passaram a ter sua credibilidade

questionada publicamente por um mandatário que via o escândalo da Rússia se aproximar de seu gabinete. "Quando a Lupa foi criada, em novembro de 2015, tinha certeza absoluta que isso ia se tornar um problema. Mas o Donald Trump levou o problema a uma escala irreversível em 2017", diz Cristina Tardáguila, diretora da agência de fact-checking Lupa.

Mas não parou por aí. O termo passou a ser usado por políticos e cidadãos do mundo todo para desacreditar informações publicadas pela imprensa. As "fake news" se tornaram presença frequente nos debates do Brexit, no processo separatista na Catalunha, nas eleições presidenciais na França, na crise diplomática entre Arábia Saudita e Catar, na tensão nuclear com a Coreia do Norte e na acalorada disputa política no Brasil.

Na Itália, o primeiro-ministro Matteo Renzi declarou publicamente que teme que as notícias falsas interfiram nas eleições de 2018, após o "NYT"



ter publicado uma reportagem ligando plataformas de "fake news" a ativistas do antissistema Movimento 5 Estrelas (M5S) e da ultranacionalista Liga Norte - por sua vez, esses dois partidos chamaram a acusação de "notícia falsa".

O termo entrou para o léxico até do Vaticano, a ponto de a Santa Sé pedir uma "reflexão" sobre o uso de "informações infundadas" para "alimentar a polarização das opiniões". De outro lado, as empresas de tecnologia e as

próprias instituições começam a se mexer para combater o fenômeno das fake news. No Brasil, país onde a população mais se preocupa com as notícias falsas, segundo uma pesquisa de setembro da "BBC", o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um grupo para estudar formas de combater a ação de informações enganosas nas eleições de 2018.

Na Itália, o partido do governo que aprovou uma lei que prevê multas milionárias para redes sociais que

permitirem a divulgação de notícias falsas, seguindo um modelo semelhante adotado na Alemanha. O projeto levanta temores sobre possíveis violações da liberdade de expressão, mas as próprias empresas da internet já começam a se movimentar. O Facebook, por exemplo, começou a testar a sinalização de fake news para usuários norte-americanos com um "sinal de perigo" - a rede social de Mark Zuckerberg já admitiu que agentes do governo a usaram para disseminar fake news.

Na imprensa, as agências de fact-checking ganham cada vez mais espaço, se aproveitando da crise na indústria jornalística, com enxugamento das redações, diminuição do espaço no papel e dificuldade para vender publicidade, o que atrapalha a produção diária de notícias. "Somada a isso, tem a realidade do momento político-econômico no Brasil, com uma crise em cima da outra. Os jornais recorrem à Lupa nesse intuito, para complementar seu trabalho", afirma Tardáguila.